

Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o Erudito e o Mecenaz

*Manuela D. Domingos**

O percurso vital de Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814), apesar da ascendência modesta, revela-nos a brilhante trajectória intelectual de uma das personalidades mais marcantes do Portugal de Setecentos.

Figura ímpar, sob muitos pontos de vista, tem sido objecto de importantes estudos e ensaios, com destaque para os trabalhos pioneiros de F. Gama Caeiro.¹ Deste autor, retomamos um parágrafo, especialmente feliz, para caracterizar Cenáculo como “homem da sua época por excelência” que exerceu,

com um enciclopédismo tão ao gosto do seu século, as mais variadas actividades como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista, arqueólogo e bibliófilo, cultivando a Numismática, a Exegese, a Hermenêutica e a Liturgia.²

Entrando na Ordem Terceira da Penitência muito novo, iniciou e conduziu brilhantemente a sua preparação eclesiástica e académica em Coimbra, tornando-se professor da Universidade aos 25 anos. Nesse mesmo ano, escolhido para integrar a delegação ao Capítulo Geral da sua Ordem que se celebrava em Roma, efectuou uma longa viagem pela Europa que durou quase um ano. Etapa fundamental da sua trajectória, que podemos evocar com uma nota autobiográfica, que ajuda a elucidar as suas fontes mentais e revela bem as facetas de bibliófilo apaixonado e de doador magnânimo, que agora nos ocupam:

A viagem a Roma em o anno de cincoenta [...] me fará sempre apregoar em quaesquer ramos de litteratura, que foi uma disposição effiacissima para o bem das lettras na Provincia. As famosas Bibliothecas, que se representarão à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantarão milhares de idéas que se começarão a reproduzir, como o tempo hia permettindo.³

* Manuela Domingos é Assessora-Principal da Biblioteca Nacional (Portugal). Investigadora nos domínios da História do livro e das bibliotecas, tendo publicado numerosos trabalhos nessas áreas.

De facto, essa ocasião privilegiada permitiu-lhe conhecer directamente Bibliotecas e Academias em Espanha, França, nos territórios italianos e em Roma. Assistiu a reuniões literárias, conheceu “sábios” do tempo; deu-se conta dos progressos científicos e literários, calibrou de modo particular a importância das línguas orientais para a História Literária e as Ciências Eclesiásticas.

A interiorização dessa riquíssima experiência, sedimentou indelevelmente o seu pensamento e acção futuros de tal forma que, passado um quarto de século, o fazia manter assídua correspondência literária com D.Gregório Mayáns, a quem evocava o “vasto mar de notícias que eu conheci e conjecturei nessa rica Bibliotheca”.⁴

Na época pombalina, Cenáculo é protagonista de todas as reformas de estudos levadas a cabo no Reino, começando pela da Ordem Terceira da Penitência – de que era Provincial –, pelos Estudos Menores, Colégio dos Nobres e Universidade de Coimbra. Concilia as Presidências da Real Mesa Censória e da Junta do Subsídio Literário; é conselheiro da Junta da Providência Literária e Preceptor de D. José, Príncipe da Beira.

A par de todas estas actividades absorventes, mantém contactos directos e epistolares assíduos com destacados eruditos estrangeiros; presta cuidada atenção ao movimento editorial europeu, adquirindo avultadas quantidades de livros e actuando decisivamente na *arquitectura* das primeiras bibliotecas que tornaria *públicas*: no seu Convento, na Real Mesa Censória e, nas últimas décadas da vida, em Beja⁵ e em Évora.⁶ Todas conservam os traços indeléveis da sua actividade intelectual e do seu saber enciclopédico; da sua apaixonada bibliofilia e da sua generosa acção mecenática.

* * *

Destaquemos, desses aspectos, a sua acção inovadora e pedagógica na criação da Biblioteca da Real Mesa Censória – na época áurea da sua actuação pública –, pela importância dos seus pressupostos e concretizações, e pelo papel que desempenhou na criação da futura Real Biblioteca Pública da Corte. Por outro lado, valerá a pena deter-nos um pouco sobre o silêncio biográfico da década anterior, que encerra aspectos não menos sugestivos sobre o erudito que igualmente foi.

Uma década ignota: 1755-1768

Deixa o magistério universitário em Coimbra no ano de 1755 e regressa ao Convento de Jesus onde, durante uma década se dedica a diversas acti-

vidades sem muito relevo externo, mas sobretudo a uma específica formação em novos âmbitos.

Gama Caeiro caracterizou aquele lapso de tempo como um período de

carácter preparatório ou preambular, relativamente aos futuros empreendimentos culturais de Cenáculo: algo se congeminava no seu espírito [...]. Recolhido na sombra do claustro, o franciscano estudava afincadamente as Línguas Orientais e a História Literária,⁷

isto é: História da Cultura Portuguesa.

Depois, parece *irromper* na vida pública de modo “fervilhante” ascendendo, quase em simultâneo, aos mais altos níveis, em 1768: ano inaugural de “todas as nomeações”, como Provincial da sua Ordem e Deputado da Real Mesa Censória, então criada.

Mas vale a pena recorrer a algumas notas autobiográficas que encerram as suas cartas a D. Gregório Mayáns, interlocutor sempre interessado nos progressos das reformas no ensino⁸ e na Ordem Terceira, cuja repercussão se fazia sentir além fronteiras. De forma intimista, Cenáculo revela as principais ocupações daqueles anos mais *ignotos*: o estudo das línguas orientais, a que se tinha dedicado intensivamente, de modo entusiasta e pragmático. Afinal, era aí que se encontrava a explicação remota dos actuais sucessos dos jovens franciscanos que, em acto público no Convento de Jesus, tinham “mostrado” a revolução de estudos ali operada, sob guia de tal mestre. Uma dessas cartas – datada de 29 de Novembro de 1773 –, apesar de longa, é especialmente elucidativa e digna de registo:⁹

[...] O Sumo agrado com que V. Ill.^{ma} escreve sobre o Acto das Lingoa Orientaes feito nesta Caza¹⁰ he o outro assumpto desta segunda Carta, e sobre que V. Ill.^{ma} dezeja saber os arbitrios para se haver chegado a este estado.

Digo ingenuamente. Senhor, no *anno de 1748 tive oportunidade para eu por mim mesmo tentar a instrucção da gramatica grega, porque nesses mesmos tempos me envergonhava de encontrar expressões daquella Lingoa e ficar ignorante dos Livros da minha Profissão, sendo coiza ignominioza e torpe ignorar muitas especies dos Escritos que versava. Naqueles mesmos dias me aconteceu o mesmo a respeito da Lingoa hebraica, e o mesmo repeti no anno de 1766 à cerca da Lingoa Arabiga.*

Desta convicção, das minhas observações na Jornada de Italia no anno de 1750 e das minhas diligencias (quanto permittia a minha

possibilidade) rezultou que podesse ajuntar algumas grammaticas, Dictionarios e Livros daquellas Erudições, aproveitando-me das casualidades com que aportavão neste Reyno alguns Orientaes, humas vezes rudes em materia de preceitos das suas mesmas Lingoas, outras vezes charlatães, e outras vezes com mais luz, para que, ou conjecturando sobre o que se lhes ouvia, ou percebendo francamente, se viesse no conhecimento de tão trabalhozas Lingoas.

Jà V. Ill.^{ma} conhece e *discorrerá quanto eu me fatigaria, quanto suei, quanto esfriei. O fructo de todas estas diligencias pelo que respeita ao meo pessoal tem consistido em huma ligeira tintúra*, ate eu conhecer o progresso que fazem os individuos que tenho destinado para estes estudos, cuja rezidencia eu tomo por mim mesmo, e os experimento. Logo que fui eleito Provincial appliquei as minhas forças para o devido effeito. Quiz a Providencia que não experimentasse rezistencia nos Religiozos Meyores da Provincia, que *eu tivesse ajuntado e acrescentasse huma selecta collecção de Artes, Dictionarios, de todas quantas são as Polyglottas, de Livros de Historia, e outros Assumptos, de boa porção de Biblias, e de todos estes, antigos e modernos de diversas edições, nas Lingoas Hebraica, Arabiga, Syriaca, e grega*, do que eu enviarei a V. Ill.^{ma} hum catalogo no mez de Março ou de Abril, tempo em que poderà estar impresso; quiz mais a Providencia que eu achasse sogeitos de bons annos, nascidos para estes estudos, geniaes e capazes de progresso.

Desde o anno de 1768 se trabalha na Lingoa hebraica, desde o anno de 1769 na arabica, e Syriaca, e desde o anno de 1760 na grega. O methodo tem sido escolher moços (jovenes) que já tivessem (excepto p. o grego) estudado Filosofia, e tivessem não so talento, mas uzo de discorrer, moços de boa morigeracão e de paciencia, de huma absoluta abstracção, com vida de clauzura em todo o anno dentro do Convento, com assistencia de quanto necessitassem, para que não se distrahissem, nem as necessidades corporaes desgostassem o espirito. Determinei bastante numero para as quebras, porque hum não faz appetite de semelhante erudição, outro adquire molestia, etc. No principio alligar a hum so livro; poucas Regras, mas bem exercitadas, escrevendo no mesmo tempo os caracteres, fallando, tomando de memoria (depois dos primeiros Principios) os significados, e conferindo habitualmente, de sorte que trabalhassem a reflexão, a voz, a vista, e os sentidos para facilitar e radicar.

Desde os sobreditos annos trabalham os que hoje ensinam. Porem Aulas com formalidade ha somente tres annos que se estabelecêram, e ainda assim eu não consenti que o Acto Publico fosse mais do que de

Grammatica, ainda que alguns pela singularidade dos seus talentos e mais uzo responderam filologicamente.

[...]

A Arte hebraica feita pelo Religiozo Professor corre aqui com acceitação. Actualmente se está imprimindo a outra Arte Arabica, feita pelo Professor desta Lingoa. Tambem se está imprimindo actualmente hum Tratado feito pelo mesmo Professor de hebreo, e he hum Elencho das palavras hebraicas irregulares, anomalias, etc., reduzidas a Alfabeto, apontados os Textos em que se acham; he muito util. Estando impressas logo remetto a V. Ill.^{ma} e na primeira oportunidade mandarei a Arte hebraica já impressa, e huns Opusculos para servirem aos Principiantes [...]. São ellas: 1.º O Tratado da Diplomatica dos Maurianos¹¹, mesmo em francez. 2.º Hum Indiculo, explicado muito summariamente para rapazes, da Diplomatica de Gattarer,¹² por exemplo que coiza he a Sphragistica, Semiotica, etc. Isto para a Aula da Historia Ecclesiastica. 3.º Huma collecção das Regras para se interpretar bem a Sagrada Escritura, tirada de varios antigos e modernos. 4.º A substancia da Hermeneutica Sacra de Rambachio,¹³ christianizada ou feita catholica. Isto para a Aula de Escritura. 5.º Hum compendio das Regras criticas para se manejar bem a licção da Historia, tiradas dos bons criticos, e serve para a Aula da H.^a Eccles.^a 6.º A Hermeneutica Juris (pelo que pertence ás Regras geraes das Leys em côm e do direito canonico) de Eckard.¹⁴ 7.º Hum Epitome do Cópia Verborum de Erasmo.¹⁵ 8.º Huma synopsis H. Philosoph., que não he outra coiza que a Tabula Mnemonica do 6.º Tomo de Brucker,¹⁶ com pequenas variantes. Estas e outras coizitas mais para o uzo dos principiantes [...].

A limpidez dos seus objectivos mais profundos naqueles anos recuados fica bem manifesta: começara a estudar por si as línguas orientais – do grego, ao hebraico e ao árabe – porque achava “coiza ignominioza e torpe ignorar muitas especies dos escritos” que versavam os “livros da sua profissão”.¹⁷

É evidente o paralelismo desses propósitos pessoais com a apreciação da importância da reforma de estudos na sua Ordem – e da influência que teve no país –, quando se sublinha que valorização dada às línguas orientais residia, sobremaneira, no relevo que tais estudos assumiam como *meios* para o conhecimento e interpretação das Escrituras e fonte auxiliar da Teologia.¹⁸ Para levar tudo isso a cabo, não escatima os meios, tanto nos professores que vai “recrutando”, como nas edições que promove das obras mais úteis e necessárias a tais fins. O *Plano* de estudos (1769) e as suas *Disposições*¹⁹ consagram tais linhas de força, de modo lapidar: o estudo das fontes subsidiárias

da Teologia – a História–, sobretudo a História Eclesiástica (que abrangeria o estudo das próprias heresias, para que fossem melhor criticadas); a Exegese, a Hermenêutica, a Crítica, o Estudo das Línguas, particularmente das Orientais, a Eloquência, a Lógica.²⁰

A ideia da Biblioteca Pública

No início dos anos setenta, articulando a posição charneira que ocupava em diversos organismos, propôs a criação de um novo imposto sobre as bebidas alcoólicas – o denominado “subsídio literário” –, para financiar as “escolas menores” que tinha a incumbência de criar em todo o país, encarregando-se a Junta do Subsídio Literário da respectiva cobrança e administração.

No âmbito da Mesa Censória, atribuiu-se a missão de instituir uma *Biblioteca Pública*, à altura das maiores da Europa que abrisse as suas portas a curiosos e eruditos, e apoiasse o trabalho dos Censores. Nesse empreendimento convergiram todos os seus planos conceptuais e funcionais, uma vez que Fr. Manuel do Cenáculo imaginou e teve o maior êxito em conseguir os meios materiais amplíssimos que tais tarefas exigiam. As propostas que elabora para o funcionamento do Subsídio Literário (1772) são elucidativas dos seus intentos: arrecadar fundos para o pagamento dos professores dos estudos menores, mas prevendo, desde logo, disponibilidades residuais para outras

[...] dignas applicações [...] que farão huma virtuoza, e necessária emulação a todas as Corporações Litterarias do Estado:

Primeira applicação: *a compra sucessiva, e inextinguível de livros para a Bibliotheca Publica*, dirigida pela Meza. De sorte que a riqueza do Erário de V. Mag. nesta repartição chegue a formar não somente huma das primeiras Bibliothecas da Europa, mas tambem que seja decorada de preciosos Manuscritos, e dos Livros mais raros, e escolhidos.

Segunda applicação: a composição de hum *Muzeu de Raridades*, para o que dão hoje exemplos, e estímulos de Sciencia e de paixão as Nações cultas; mas que brevemente hajão de receber os mesmos, e mais significantes exemplos desta Capital.²¹

Nestas linhas programáticas condensam-se os planos ambiciosos e dinâmicos que traçara para a Biblioteca, objecto de propostas abrangentes, quanto aos fundos e aos meios indispensáveis para o seu desenvolvimento;

quanto ao pessoal adequado a tal organismo e, mesmo, quanto às instalações em edifício próprio.

Como *património inicial* poderia contar, desde logo, com os fundos das Livrarias da Companhia de Jesus (expulsa do país em 1759), património inventariado e apreendido – como todos os outros bens móveis e imóveis –, embora o mau estado de algumas delas se tivesse acentuado com as más condições de conservação ao longo dos anos. Apesar de tudo, constituíam um património notável para reconstruir a “memória bibliográfica” do Reino, salva do Terramoto. Tarefa importante e inadiável, especialmente na capital, que se procurava reconstruir com a dinâmica dos tempos que se viviam.

O destino de algumas dessas bibliotecas foi quase directamente o dos centros de ensino, como o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra que ficou com o Colégio das Artes e respectiva livraria.

Quando, na Real Mesa Censória, se regista a decisão Pombalina de recolher as livrarias dos colégios e casas dos Jesuítas, já decorriam essas operações, apesar das dificuldades que apresentava o seu transporte e acomodação. Daí, que seja ainda mais interessante e ousada a proposta do Bispo Presidente, perante a vastidão e dispersão desses fundos: a sua utilização numa biblioteca pública, que queria tornar das melhores da Europa, com meios económicos para a “compra sucessiva e inextinguível de livros e manuscritos”, autonomia para vender “duplicados” e comprar obras recentes.

O previsto crescimento de fundos, através das compras no mercado livreiro, efectiva-se sobretudo através da loja de livros anexa à Impressão Régia, dirigida pelo impressor-livreiro italiano Nicolau Pagliarini que também estava encarregado da Biblioteca do Colégio dos Nobres e da Biblioteca Real.

Outras aquisições privilegiadas fazem-se no comércio de ocasião, como o *Leilão da livraria de D. José da Silva Pessanha* (1775),²² rica em seiscentistas italianos de todas as matérias; franceses, espanhóis e portugueses antigos e recentes; autores clássicos, livros de estampas, etc. Oportunidade excepcional de enriquecer a Biblioteca da Mesa, tendo o mesmo Pagliarini sido encarregado de fazer e imprimir o respectivo catálogo,²³ enviando as listagens a Fr. Manuel do Cenáculo para proceder à escolha das edições a adquirir para a Biblioteca da Mesa.

Das compras de obras que iam saindo no estrangeiro, é eloquente testemunho o *Catalogo dos livros que Nicolao Pagliarini tem enviado para a Bibliotheca da Real Mesa Censoria feito pelo sub-Bibliothecario Thomás Jozeph de Aquino*.²⁴ Segundo a ordem alfabética dos autores, elencam-se 1.275 títulos, num total de volumes superior a 6.900. De acordo com os dados fornecidos

por algumas facturas – guardadas entre os papéis de Cenáculo –, conhecemos algumas outras compras que não figuram²⁵ naquele catálogo, localizando-se noutras fontes as respectivas liquidações.²⁶

Além da notável dimensão, numa rápida aproximação a este conjunto, sobressaem outros dados interessantes quanto às compras no mercado livreiro que, através dos tempos e Instituições, chegaram ao património da actual Biblioteca Nacional.

Da respectiva análise quantitativa, destacam-se alguns elementos bibliográficos relevantes, como as línguas dominantes, as zonas geográficas e datas de impressão das obras; ou sublinham-se as áreas temáticas que melhor revelam os interesses dominantes nas escolhas. Em suma, os materiais que pretenderam colocar-se à disposição dos estudiosos e eruditos na Biblioteca Pública e que, em última análise, deixam transparecer o pensamento de Cenáculo nesse projecto.

A distribuição das *edições por datas* – de modo genérico, pelos séculos – dá-nos uma pista fundamental para a apreciação deste núcleo: o peso do próprio século XVIII em que as compras são feitas (74%). Esta característica é sublinhada pela análise detalhada, ao nível das décadas, pondo de manifesto a predominância dos anos sessenta e setenta, ou seja a proximidade temporal das edições.

Depois desse percurso, de certo modo exterior aos conteúdos, analisando as obras na sua individualidade, verificamos o peso relativo das *áreas temáticas*, cujas séries sublinham dois factores fundamentais. Em primeiro lugar, a importância que ainda tem a Teologia (20%) neste conjunto. Porém, neste número esconde-se a sua principal característica, ou seja o facto de tais obras serem, em parte muito apreciável, de autores da Reforma e não da ortodoxia católica; segue-se uma área de conteúdos com reformulação recente, como as Belas Letras, em francês, língua viva em crescente afirmação como língua franca.

No entanto, o interesse mais explícito do conjunto de obras em análise aponta para a História (47%) que, além das ciências auxiliares e da Geografia, abrange as Antiguidades, a História Eclesiástica e Civil – Antiga e Moderna –, e a História Literária. E é também nesta *classe* que os títulos fazem transparecer uma preocupação assinalável com as chamadas “obras de referência” indispensáveis numa Biblioteca: bibliografias, dicionários, enciclopédias, etc., com grande número de edições muito recentes, em latim, francês e italiano.

Nas Antiguidades e Arqueologia encontram-se catálogos de colecções e de museus arqueológicos, verdadeiro esteio bibliográfico do “Museu de Raridades”, indissociavelmente unido à ideia da Biblioteca: biografias de pintores, esculptores, arquitectos; séries de gravuras, como o caso paradigmático de Giovanni Battista Piranesi – com os *Carceri d’invenzione* e as *Vedute di Roma*, em pleno curso de edição – que as grandes bibliotecas de hoje se orgulham de possuir.²⁷

Aliás, o próprio Fr. Manuel do Cenáculo explicitou a inclinação por tais matérias, escrevendo mesmo que sempre fomentara “hum grande ardor pela Historia, e onde [...] ella falta, alli me dezejo interessar mais”.²⁸ Em conjunto, são um nítido espelho dos seus interesses abrangentes como eclesiástico e reformador, como historiador e bibliófilo.

Dos meios humanos às instalações

Neste contexto de crescimento dos fundos da Biblioteca, tornava-se ainda mais evidente a necessidade de instalações mais amplas para albergar os milhares de volumes que chegavam, de modo desordenado e em más condições, dos depósitos dos extintos colégios da Companhia. E, mesmo as salas de reunião e a Secretaria da Mesa Censória funcionavam em instalações provisórias, trocadas ou cedidas por outros organismos. Atendendo a todas essas razões, Cenáculo debruçava-se sobre os vectores fundamentais para a execução do projecto global que tinha delineado – os *meios humanos e o edificio* próprio –, embora não descurasse as reflexões de tipo prático que exigiam imediata resolução:

Tem mostrado huma experiencia quotidiana, e o porsuadem as reflexões sobre a laboriozissima verificação da Ley das Escolas Menores, que a Real Meza Censoria carece de officiaes sufficientes para o seo prompto expediente. [...] Como a Bibliotheca cresce quotidianamente, e ao prezente pode ser que se ache com quarenta mil volumes; [...] por falta de diggestão, e de officiaes, se tem abtido os Ministros da Meza de se valerem dos Livros desta, são muito necessarios dois Ajudantes de bibliothecario, para vigiarem, coordenarem, e mais exercícios infalliveis logo que uma Bibliotheca se põe em movimento [...] e para estar facil, limpa e bem conservada [...].²⁹

Acima de tudo, era a *Biblioteca Pública* que exigia um edificio condigno, em consonância com o seu projecto evocativo da “possibilit  bab lienne de rassembler et d’ouvrir   tous tous les savoirs et toute la mémoire du monde”.³⁰

colmatando a falta das instituições desaparecidas, mas à escala da reconstrução magnânima da capital do Reino:

Faz-se indispensavel para a Bibliotheca huma Caza vasta, bem proporcionada, magestosa, capaz de muitos mil volumes, sendo regulada pelas Bibliothecas Publicas da Europa, em algumas das quaes ha cem; duzentos; trezentos mil, e mais volumes; e caza, que seja disposta para huma aquisição, que ainda sendo ora frequente, ora lenta, comtudo hade ser perpetua, e illimitada.³¹

Segue-se a enumeração detalhada e sistemática³² da obra encomendada, começando pelo Átrio, “indispensável para Ornato, e para decencia”, passa ao piso principal onde deveria situar-se a “Casa Pública”, destinada ao estudo dos particulares “debaixo dos olhos dos Bibliothecarios, e dos guardas”; os gabinetes para os Censores ou outros Ministros que realizem trabalhos especiais; igual número de gabinetes para os amanuenses e copistas; o gabinete do Bibliotecário Maior e uma sala para os bibliotecários trabalharem.

A distribuição dos livros deveria fazer-se por casas e matérias, englobando as divisões para mapas e globos, raridades e “segredo”, manuscritos, com capacidade para milhares de volumes e códices; Galeria “para Monetario, Desenhos, Estampas [...], o que he Ornato essencial de huma Bibliotheca”.

Além daquele numeroso conjunto de divisões (19), deveriam prever-se armazéns capazes de albergar materiais de imprensa e oficinas de encadernação; livros e livrarias inteiras que se comprassem, antes de serem distribuídas, vendidas ou trocadas; depósito de livros de “inferior ordem” pois que “tudo que se imprimir deve existir numa Biblioteca Pública”.

Foi certamente este o *plano* subjacente ao decreto de D. José, de 2 de Outubro de 1775³³ que louvou a florescente actividade da Real Mesa Censória e a enorme riqueza da sua Biblioteca – de 60 000 volumes –, manifestando intenção de “acrescentalla ao ponto de se fazer publica em beneficio geral de todos os [Meus] Vassallos que nella se quizerem instruir”. Daí a decisão de “atribuir-lhe as acomodações necessarias para o seu expediente, Casa de Sessões, Secretaria, para a Junta do Subsídio Literário; armazéns para a Revisão [...] e principalmente as grandes casas que mais são precisas para a acomodação da referida Biblioteca Publica”. Faz-lhe “mercê da posse, e uso de toda a parte que lhe for necessaria [...] no grande Edificio do lado occidental da Real Praça do Commercio, assim do que já se acha ocupado, como do que está por acabar”, aprovando o seu financiamento pelo cofre do Subsídio Literário.³⁴

No entanto, torna-se difícil saber quando e como se processou a mudança para o edifício definitivo, como se pode deduzir dos testemunhos de alguns viajantes espanhóis, como Pérez Bayer que, em 1782, visita a Biblioteca da Mesa Censória instalada “en la misma Alfandega vieja”.³⁵ E, vários anos depois, em 1800, segundo D. José Cornide, os edifícios da Praça do Comércio ainda tinham muito de provisório:

De la parte del Norte sólo se halla concluido el medio frente occidental á la rua Augusta, y en él ejercen sus funciones el Consejo de Hacienda y la Junta de Comercio [...] *Hállase sin concluir* y sólo elevado hasta el primer piso el lado oriental, y aun lo está también la parte que le corresponde de un gran arco adornado de columnas que da entrada á la [...] Rua Augusta, *por más que uno y otro se supongan concluidos* en una perspectiva de esta plaza, que acaso se formó de resultas de los adornos interinos con que se celebró *la coronación* de la Señora Reina Doña Maria [1777].³⁶

Conclusão do projecto: o arranque da Real Biblioteca Pública da Corte

As vicissitudes políticas e sociais dos tempos, com o final do consulado pombalino e o efectivo afastamento de Cenáculo para o seu Bispado, marcaram um fosso indelével entre o seu projecto magnânimo e a realidade patente, vinte anos depois. Mesmo assim, “seria um balanço injusto considerar inexistente ou pouco mais que depósito de velhos livros, quanto foi a *Biblioteca Pública* iniciada nos anos 1770-1775, enriquecida com fundos patrimoniais antigos e compras recentes”.³⁷ Aliás, essa foi a opinião do Doutor António Ribeiro dos Santos, lente de Coimbra e ex-bibliotecário da mesma Universidade, em 1795, quando foi chamado a pronunciar-se sobre o estado em que se encontrava “a Livraria que estivera a cargo da Mesa Censória”.³⁸

Os trabalhos urgentes que sugeriu – desde a limpeza e ordenação à catalogação de muitos milhares de obras, contratando pessoal para todas essas funções – começaram imediatamente, e a *Real Biblioteca Pública da Corte* foi erigida formalmente, um ano depois, pelo Alvará de 29 de Fevereiro de 1796.

Quando a Instituição preparava a abertura oficial ao público,³⁹ Ribeiro dos Santos, primeiro Bibliotecário-Mor, escreve a Fr. Manuel do Cenáculo – então Bispo de Beja – uma carta de profunda admiração e gratidão, que constitui testemunho evidente da autoria do projecto e da ideia fundacional que, finalmente, chegava a bom termo:

A Real Biblioteca que S. Magestade foi servida mandar erigir nesta Corte para bem da Litteratura Nacional, tem de franquear com brevidade ao publico as preciosas Collecções de Livros, com que V. Ex^a a preparou, e enriqueceo nos ditozos dias de seo Governo Literario: e achando-me eu encarregado por Alta Mercê de S. Magestade de a reger, e dirigir, julguei ser de meo officio, e da primeira obrigação daquella Caza, participar a V. Ex^a esta noticia, como áquelle, que mais que todos folgará com ella, porque, *qual outro distincto Zelador da Patria, estimará do que mais, V. Ex^a a execução deste illustre estabelecimento, tão util à Nação, e que foi tanto em outro tempo dos ardentés desejos, e cuidados de V. Ex^a.*

Tenho com isto occazião de representar a V. Ex^a por mim, e em nome de toda aquella Caza o nosso profundo reconhecimento por seos antigos beneficios; e de protestar com muita gloria nossa, que *o Sagrado Nome de V. Ex^a como de seo primeiro Bemfeitor, e Director hirá na frente dos Fastos Literarios da Bibliotheca, havendo esta honra pela mayor, que a pode ennobrecer [...].*⁴⁰

Esta missiva constitui um gesto marcante e decisivo na curta vida da n6vel Instituiç6o: reconhecer e sublinhar os esforços desenvolvidos pelo “primeiro Benfeitor e Director” – há d6cadas afastado da Corte –, por parte de quem era *de iure* o novo Director, demonstrava como assumia a herança directa de passado t6o honroso. Estabeleciã-se assim, entre o Bibliotec6rio-Mor e o Mecenas,⁴¹ assíduas e duradouras relaç6es epistolares – entre 1796 e 1808 –, que largamente excederam as afinidades intelectuais e bibli6filas.

O reconhecimento do Bispo de Beja n6o se faz esperar, em diversos n6veis e, do agradecimento formal mas efusivo pela *lembrança da sua obra*, passa aos factos, decidindo e manifestando claramente a intenç6o de doar escolhidas esp6cies cujo valor, como coleccionador de longa data, bem calibrava:

*Desejava eu entre os regosijos de ver promovida a Real Biblioteca Publica nessa Corte concorrer muito de graça com algum sortimento. Como este meo publico tanto me n6o permite fazer pelas urgencias continuadas, a que devo acudir, s6o reservo huma pequena galantaria para penhor dos meos desejos; e comtudo me resolvo a dizer a Vossa Senhoria que nesta minha e j6a muito destroçada livraria tenho coisas, que me persuado n6o haver ainda nessa Real Biblioteca, em que Vossa Senhoria por mercê soberana preside, e eu largarei a quem pode pagllas, e dar-me com que eu console miseraveis, e fazer beneficio de outro genero a esta Igreja.*⁴²

Da sua parte, entrecruzam-se a “acção patriótica” e o interesse pessoal por ver saldados pela Coroa os pagamentos de serviços de que se acha credor; e, em Ribeiro dos Santos, encontra o interlocutor atento e interessado na Doação institucional e na justiça devida ao Benfeitor das Letras.

Quando escreve a carta formal de Doação ao Príncipe Regente, já se tinha efectivado a transferência de grande parte das numerosas e escolhidas peças para a Real Biblioteca Pública da Corte, em estreito acordo com Ribeiro dos Santos. O Bispo de Beja receberá efusivos agradecimentos do Príncipe, através do Marquês Mordomo-Mor e Inspector Geral da Biblioteca D. Tomás Xavier de Lima, Marquês de Ponte de Lima.

No vai e vem das razões e das vontades – ditas “dificuldades do tempo” – tais atrasos acumularam desilusões no Doador, entretanto nomeado Arcebispo de Évora. As esperadas e prometidas “recompensas” do Poder, só chegaram, de forma tardia e extemporânea, aos directos familiares.

Acção mecénática: a “Casa dos Livros de Beja”

A vultuosa e selecta Doação transferiu-se para Lisboa, entre Dezembro de 1796 e Janeiro de 1798, num processo ágil e rápido. Após o envio de um genérico catálogo das espécies que pretende doar,⁴³ Cenáculo roga a Ribeiro dos Santos queira “tomar os catalogos a si e resolver quais remetterei...”⁴⁴ E, pouco depois, decide não fazer mais listas e enviar à Real Biblioteca Publica

*quantas cousas tenho já aqui separadas [...]. Onde poderia eu depositar melhor aquisições de mais de sessenta a quatro annos, do que no thesouro nacional, a que desejo toda a fama e honra, [...] e Vossa Senhoria he capaz de o promover como eu não conheço mais profundamente entendido na historia literaria.*⁴⁵

Testemunho vivo do pensamento e da decisão do Mecenas relativamente à instituição *pública* e, da parte desta, o saudável alvoroço com que o Bibliotecário-Mor aprecia e acolhe semelhantes dons.

De facto, as sucessivas remessas de cerca de noventa caixotes, transportaram para o seu novo destino impressos raros – portugueses e estrangeiros, antigos e recentes –, manuscritos únicos, belíssimos iluminados cujo montante é difícil avaliar, num conjunto de cerca de dois mil títulos; antiguidades variadas, sobretudo romanas; e, finalmente, o escolhido monetário de mais de três mil peças “não repetidas” de que, infelizmente, não se guarda rasto.

Podemos dizer que, a qualidade bibliófila do Doador, na sua multiplicidade de interesses e abertura à modernidade, encontra um “paralelismo” na acção do Bibliotecário-Mor, ao incentivar e, depois, ao acolher uma dádiva deste teor de modo condigno. A meticolosa avaliação de cada peça traduz-se indelevelmente na *carinhosa organização* que lhes deu, com a erudita prospecção do seu *lugar adequado* entre os Saberes que se plasmam nos três tomos do “Catalogo Methodico dos Livros que o Ex^{mo} e R^{mo} D. Frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas, Bispo de Beja doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1797”.⁴⁶ Um das palavras extraídas da carta que Ribeiro dos Santos escreveu ao Bispo de Beja, quando a Biblioteca abriu ao público, em 13 de Maio de 1797, podem sintetizar bem os cuidados de quem preparou estes Tesouros:

A Bibliotheca abriu-se com mais brevidade do que eu esperava; e não me coube em tempo e no meyo dos trabalhos que então tive, antecipar a Vossa Excelencia esta noticia. Ella conseguiu os elogios do publico; e o Sagrado Nome de Seo Illustrê Bemfeitor tem conciliado de tal sorte as atenções dos concurrentes, que todos vão com alvoroço à Casa dos Livros de Beja, como em romagem ao Sanctuario das Muzas...⁴⁷

Um curtíssimo percurso pelos Catálogos levou-nos a “escolher” algumas dezenas de obras para compor uma “encenação” possível daquela *ordem dos saberes*, que pudesse aproximar-nos hoje daquela “Casa dos Livros de Beja”.

Começando pelas “Belas Letras”, a ênfase na vertente Orientalista, constitui um traço marcante da centralidade destes saberes no coleccionismo de Cenáculo. Segundo ele próprio, especialmente depois das “observações na jornada de Italia no anno de 1750 e das minhas deligencias (quanto permitia a minha possibilidade) rezultou que pudesse ajuntar algumas grammaticas, dictionarios e livros daquelas Erudições”.⁴⁸ Daí por diante, nas funções que desempenhou nas reformas de estudos, deixou essa marca singular, que fez a admiração de nacionais e estrangeiros contemporâneos: a centralidade dessas disciplinas – que estudou por si – para a exegese bíblica, a Teologia, a História Eclesiástica.⁴⁹ A obra de Johann Buxtorf (1564-1629), *Lexicon chaldaicum, talmudicum et rabbinicum...* é referência suficiente das que colecionou deste mestre e dos estudos que promoveu, para corporizar o projecto de tradução da Bíblia que teve em mente. Das versões da Vulgata às edições Políglotas e, posteriormente, às línguas vernáculas europeias e orientais: da Bíblia traduzida por Lutero, a um Livro de salmos em tAMIL, ou uns Evangelhos em persa, de tudo existem exemplos.

Vale a pena notar a presença de manuscritos únicos da Filologia, primeiros exemplos das línguas gramaticalizadas pelos ocidentais, que vieram a construir a *galáxia das línguas*⁵⁰ do Novo Mundo: a *Arte da Língua malabar*, uma Prosódia ou dicionário de chinês-português, ou um *Vocabulário de língua brasilica*...

As “Ciências Civas e Políticas” – formulação nova e mais abrangente de Ribeiro dos Santos para a clássica Jurisprudência – permitem evidenciar as preocupações da *Política*, desde o florentino Maquiavel aos debates parlamentares ingleses, até ao emergente Direito natural e das gentes (Vattel, Pufendorf, Grotio...).

Na “Filosofia” – vasta área dos Saberes, que abrange desde a Filosofia em sentido estrito até à Filosofia Natural –, de onde vieram a autonomizar-se, progressivamente, as disciplinas científicas, como a Física, a Química, a Medicina, a Matemática, que encontramos tratadas de modo autónomo. Poderemos começar por destacar um manuscrito de Ética de Radulphus Ardens, autor do século XII, em cópia iluminada de 1450. Passando à Matemática, de onde destacamos quatro obras que, no seu conjunto, esboçam o interesse de um colecionador de eleição, que reúne desde a obra fundadora de Ptolomeu, na Astronomia – *Magnae Constructionis*..., também conhecida pelo seu nome árabe *Almagestum* – na raríssima edição de Basileia, de 1538;⁵¹ aos códices manuscritos de autores portugueses e estrangeiros que, entre nós, se dedicaram ao ensino da disciplina e a partes importantes da mesma: André Avelar, professor em Coimbra e os jesuítas Valentim Estancel e C. Gallo na “Aula da Esfera” do Colégio de Santo Antão.⁵²

No âmbito da Medicina, evidencia-se o interesse pela antiga prática da arte entre os árabes, com a *Opera medica et anathomica* de Avicena (980?-1037), em cópia iluminada de Quatrocentos, de que possui cinco volumes. Da época moderna, a bela impressão elzeviriana de G. Pison (1611-1678) – *De Indiae utriusque re naturalia et medica*... – escrita durante a estadia do autor naquelas paragens, como médico do governador holandês de Pernambuco. É possível encontrar nesta Doação uma sequência cronológica apertada de autores, dos mais importantes tratadistas da época, como Boherhaave, até um conjunto de obras de Medicina «prática», em aplicações diversas, da segunda metade do séc. XVIII (J. Goulin, Arnault de Nobleville, Charles A. Vandermonde).

Numa última vertente, ainda na Filosofia – muito específica nas suas variedades –, temos alguns exemplos de “Artes e Ofícios”: um texto medieval sobre alveitaria escrito por Mestre Geraldo, médico de D. Diniz, na única

cópia que se conhece (séc. XV), o *Livro de Alveitaria* editado por Gabriel Peireira (1909) e objecto de estudo literário e etimológico assinado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1910). Noutra extremo temporal e temático, duas obras ligadas às artes visuais, tão ao gosto do tempo de Cenáculo: os retratos gravados de “pessoas ilustres” – *La Gallerie des femmes fortes* de Le Moyne – e as “pinturas gravadas” antigas, como auxiliar do estudo das Antiguidades, um dos seus campos de eleição, com o exemplo de *Pitture antiche* de Cassini (edição de Roma, 1783); deixando de lado conhecidas obras de Architectura.

A “História”, disciplina central nos interesses do erudito Doador, foi profundamente estudada, praticada e difundida por si. O elenco de obras seleccionadas, na sua diversidade, fala por si: a tratadística relativa à Antiguidade, revisitada na época, encontra em Montfaucon um exemplo de primeira linha, com *L' antiquité expliquée et représentée en figures* (2ª ed.:Paris, 1722-1757, em 15 volumes); por outro lado, as obras marcantes do século, no espírito dos Dicionários Universais, estão bem representadas com Pierre Bayle – e os continuadores e comentadores Joly e Chauffepié– ou Prosper Marchand.

No que concerne à História Civil: universal, antiga e moderna e nacional – os textos relativos aos territórios da Expansão – traçam um leque que consideramos riquíssimo. Percorre diversos suportes da escrita: iluminados, impressos – dos primórdios da tipografia portuguesa aos contemporâneos como o Cavaleiro de Oliveira –, manuscritos cujo ineditismo logo foi anotado pelo responsável máximo da Biblioteca, entre eles Gaspar Frutuoso, Severim de Faria ou Bocarro.

Um exemplo da “História Eclesiástica” – relativo ao cisma dos gregos – escrita nessa língua por Louis Maimbourg (1610-1686, S. J.), mas em manuscrito de tradução italiana do século seguinte, faz-nos a passagem para as temáticas da Teologia e das Bíblias que constituíram, na designação de Ribeiro dos Santos, as “Ciências Eclesiásticas”.

Neste âmbito, o teólogo Cenáculo faz alarde de antiguidades preciosas com cimélios quinhentistas – o *Cathecismo pequeno da doutrina...* de D. Diogo Ortiz de Villegas (?-1519) – ou da “arte negra” levada ao Oriente pelos missionários portugueses, com a raríssima obra *Innocentia Victrix...*, com edição autorizada pelo português António de Gouveia (1593-1677, S. J.), impressa em Cantão (1671) sobre papel de arroz, em chinês-latim,⁵³ sobre a complexa “questão dos ritos”.

Na Teologia Litúrgica, os legados são preciosos em si mesmos – com os mais valiosos exemplares do género que a Biblioteca Nacional possui: o “Missal segundo o uso da Diocese de Rouen” [1402]; o texto *Arbor Vitae cru-*

cifxae Jesu Christi do franciscano Ubertinus de Casali (cópia iluminada de 1440), até ao esplendor único *De la Thoyson d'or* (1451-1500), do beneditino Guillaume de Fillâtre, primeiro chanceler da Ordem da Toyson d'Or, instituída por Filipe o Bom, Duque de Borgonha, cerca de 1430. Texto exaltante das virtudes cavaleirescas, de que a Biblioteca Nacional possui este segundo – e hoje único – volume.⁵⁴

Podemos encerrar *este percurso* com títulos de Cícero, Plínio, etc. apenas para exemplificar a abundância de clássicos, latinos e gregos, antigos e modernos, de diversas nacionalidades, que Cenáculo possuía.

Não aludimos – quase obviamente – a importantes conjuntos de obras de autores contemporâneos que doou,⁵⁵ nem às enormes coleções especializadas que reuniu por deveres das múltiplas funções que desempenhou, como as referentes às questões jesuíticas – especialmente entre nós, a propósito da expulsão –, ou às controvérsias doutrinárias vigentes no Portugal de Setecentos.⁵⁶

Anexos

I. Breve Cronologia (Fr. Manuel do Cenáculo, 1724-1814)

1724 – Nasce em 1 de Março, em Lisboa, no seio de uma família de pequenos artesãos

1739 – Toma o hábito de franciscano na Ordem Terceira da Penitência

1740 – Professa no Convento de Nossa Senhora de Jesus, com o nome de Fr. Manuel do Cenáculo

– Inicia os estudos de Filosofia em Coimbra, no Colégio de S. Pedro e de Teologia na Universidade

1749 – Recebe o grau de Doutor em Teologia

1750 – Torna-se Lente da Universidade de Coimbra

– Efectua uma longa viagem a Roma, para assistir ao Capítulo Geral da sua Ordem

1755 – Após cinco anos de magistério em Coimbra, regressa a Lisboa, ao Convento de Nossa Senhora de Jesus

– Desempenha vários cargos de maior ou menor relevo, tais como: Cronista da Ordem; Examinador das Igrejas e Benefícios das Ordens Militares; Qualificador do Santo Ofício; Capelão-Mor das Armadas Reais...

– Dedicar-se afincadamente ao estudo das Línguas Orientais e da História Literária

1768 – Nomeado Provincial da Ordem Terceira da Penitência (em funções até 1777)

– Provido como Deputado da Real Mesa Censória, recém criada

1769 – Promove a Reforma da sua Província, publicando o respectivo *Plano de Estudos*

1770 – Eleito e sagrado Bispo de Beja

– Nomeado Presidente da Real Mesa Censória

1771 – A direcção das Escolas Menores e do Real Colégio dos Nobres é entregue à Real Mesa Censória

– Nomeado Presidente da Junta do Subsídio Literário, acabada de instituir

– Torna-se membro da Junta da Providência Literária encarregada da Reforma da Universidade de Coimbra

– Acumula, com os outros cargos, o de Preceptor do Príncipe D. José, primogénito da herdeira do trono (D. Maria), neto do Rei D. José

1777 – Retira-se para Beja, dedicando-se exclusivamente ao governo da sua Diocese

1802 – Nomeado Arcebispo de Évora, cidade onde fixa residência

1805 – Funda a Biblioteca Pública de Évora

1812 – Torna-se Membro honorário da Academia Real das Ciências

1814 – Morre em Évora, no dia 26 de Janeiro

II. Carta de Doação

Ao Príncipe Nosso Senhor

Rogo eu Bispo de Beja humildemente seja servido acceitar a livre doação, que faço á Real Bibliotheca Publica de Lisboa pelo seo inspirado estabelecimento eu [sic] utilidade, e credito nacional, dos livros, em que me pareceo haver dignidade, raridade, e de alguma proporção, os quaes separei daquelles, que para os estudos proprios desta diocese nella se devem conservar, não havendo nesta dilatadissima provincia livraria alguma publica, sendo necessaria a cada instante: assim como tambem comprehendo na mesma doação, pelo meo amor patrio o monetario de mais de trez mil medalhas não duplicadas, de cobre, prata, e oiro, em que ha rarissimas, algumas desconhecidas, e gregas, e outras raridades dignas do Museo Real, e Publico, pois que o animo do bom, e augusto Principe não he para menos do que repetir em sua felicissima Corte o Museo de Alexandria; e tanto mais quanto vejo não hir a coiza a precipitar-se por descuidos, e froxidões, mas sim estar entregue a hum prefeito de vocação notoria para tão grande obra, acompanhado de pessoas intelligentes, e activas, que hão-de conservar, melhorar, e augmentar hum instituto pelo qual tem chamado os votos de todos os bons, e zelozos patriotas.

E quando o mesmo senhor, de indole beneficentissima se digne approvar, e acceitar esta demonstração das minhas inclinações ao credito nacional, e queira favorecer-me, eu pediria a Sua Alteza Real em consideração do que tenho dispendido com a minha Igreja no espaço de vinte e sette annos, me fizesse a outra graça, a exemplo do Prezidente e Deputados da Real Meza da Commissão extincta, e mandasse dar-me os cahidos, e continuar na forma, que parecer justa ao mesmo senhor, os meos ordenados, e pois que nella fui Prezidente desde o anno de mil settecentos, e settenta até mil settecentos settenta, e sette com as fadigas, que não desmerecem contemplação, e creando por nova forma as Escollas Menores com muito esplendor; e ao mesmo tempo fui Prezidente do Subsidio Litterario, cuja colheita, e arrecadação creei com muita vantagem da Fazenda Real, e meios para esta se não gravar. E como a tudo excede a graça do melhor dos Principes, a ella me conformo com a submissão de dependente, e respeito de fiel vassallo.

Frei Manoel Bispo de Beja
Beja em 24 de Março de 1797

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas:
AHTC, Lisboa – Erário Régio, L. 3939

Biblioteca Nacional:

BN, Lisboa – BN/AC/01/Cx 01
BN, Lisboa – BN/DGA/ Cx 01, doc. Nº 3
BN, Lisboa – COD. 8549; 11522 -11525.

Biblioteca Pública de Évora:

BPE, Évora – CXXVIII / 2-15.
BPE, Évora – CXXVIII / 2-16.
BPE, Évora – CXXVIII / 2-17.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo:

IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino (Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros), L. 362
IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino, Subsidio Literário, Mç. 360, nº 5.

Bibliografia

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (org.). *A galáxia das línguas na época da Expansão*. Lisboa: CNCDP, 1992.
- CAEIRO, Francisco da Gama. *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959.
- _____. A obra do Arcebispo D. Fr. Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa. In: *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia - Seminário Maior de Évora, 1994, v. 2, p. 367-373.
- _____. *Dispensos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998. V. 1. *Catálogo da Livraria do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor D. José da Silva Peçanha que se ha vender nas suas casas à Junqueira [...] em Junho de 1775* [s.n., s.l.].
- CENÁCULO, Manuel do. *Disposições do Superior Provincial para a Observância Regular, e Literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco....* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1776. Tomo I.
- _____. *Memorias Historicas e Appendix Segundo [...] Para a Observancia e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794. Vol. 2.
- CHAVES, Luís; SARAIVA, José da Cunha. *O século do Tosão de Ouro em Portugal*. Lisboa, 1930 (Sep. de *Arqueologia e História*, v. 9).
- CORNIDE, José. *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893, 3 v. (Memorial Historico Español: Col. Doc.; 26). Edição de Antonio SÁNCHEZ MOGUEL.
- DIAS, Luis F. Carvalho. *Inéditos de Antonio Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1976.
- DOMINGOS, Manuela D. A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2, 5 (1) 1990, p.139-160.
- _____. Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 7 (1) 1992, p. 137-158.
- _____. *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- _____. Biblioteca de Bibliotecas: a *Biblioteca Pública* no pensamento de Cenáculo. In VAZ, Francisco; CALIXTO, José António (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p.23-45.
- FERREIRA, Teresa D. & MARTINS, Lúcia. *A ciência do desenho: a ilustração na colecção de códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001.
- GARCIA, Maria da Graça. *Vedute di Roma*, In *Biblioteca Nacional – Tesouros: Iconografia* (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/369>).
- GOUVEIA, António de. *Innocentia Victriz... = Vitória da Inocência ou sentença das Assembleias do Império Chinês em prol da inocência da religião cristã*. (Introd. de Horácio P. Araújo; leitura, fixação de texto e trad. do latim Aires A. Nascimento). Lisboa: IPOR: BN, 1999, 2 v. (Documenta; 2).

- LEITÃO, Henrique de Sousa *et alii* (orgs.). *O livro científico dos séculos XV-XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004.
- MARCADÉ, Jacques. *Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora: 1770-1814*. Paris: F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978.
- Pedro Nunes (1502-1578): novas terras, novos mares e o que mais he: novo ceo e novas estrelas*. Lisboa: BN, 2002
- PIWNIK, Marie-Helène. La correspondance Mayáns-Cenáculo: principaux aspects. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 20, 1984, p. 233-311.
- _____. La correspondance Mayáns-Cenáculo. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 483-614.
- ROCHE, Daniel. Lumières. *Autrement*. Paris, avril 1991 [«La Bibliothèque : miroir de l'âme, mémoire du monde»].
- RUAS, João (coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora (Bicentenário, 1805-2005)*. Lisboa: Edições INAPA, 2005.
- SALGADO, Vicente. *Origem e progresso das línguas orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1790.
- VASCONCELOS, J. Leite de (ed.). *Viagem de Pérez Bayer a Portugal em 1782. O Archeologo Portuguez*, Lisboa, 24, 1920, p. 108-176.
- VAZ, Francisco A. Lourenço. *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- _____. A fundação da Biblioteca Pública de Évora. In VAZ, Francisco; CALIXTO, José António (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p.57-89.

Notas

1 Cf. Francisco da Gama CAEIRO. *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959, recolhido nas obras completas ao autor: *Dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998. Vol. 1, p. 333-499; Jacques MARCADÉ. *Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora: 1770-1814*. Paris: F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978.

2 Francisco da Gama CAEIRO. A obra do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa. *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia-Seminário Maior de Évora, 1994. V.2, p. 367-373. (Retomada em *Dispersos*. V. 1, p. 527-534).

3 Manuel do CENÁCULO. *Memorias Historicas e Appendix Segundo [...] Para a Observancia e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794, v. 2, p. 200-203. (O primeiro volume publicou-se em 1776). J. MARCADÉ, *loc. cit.*, p. 512, recolhendo informações de Fr. Vicente Salgado, indica que a obra foi acabada de escrever em 1773.

4 Carta de 2 de Maio de 1774, in Marie-Helène PIWNIK. La correspondance Mayáns-Cenáculo. *Arquivos do C. Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 540.

5 Explica este projecto a Mayáns, em carta de 7 de Junho de 1777: «A minha Bibliotheca he apta para nella se formarem com merecimento os sogeitos que a quizerem desfructar. Eu a vou transferindo para esta Capital da

Dioceze para a fazer Publica, e por hora os Livros relativos ao Estado Ecclesiastico se acham quasi colocados em termos de serem lidos», *apud* Piwnik, *loc. cit.*, 549-550.

6 Cf. Francisco VAZ. A fundação da Biblioteca Pública de Évora. In F. VAZ; José A. CALIXTO (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p. 57-89. Para uma visão geral da amplitude e raridade dos seus fundos, veja-se a obra: João RUAS (coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (Bicenténario, 1805-2005). Lisboa: Edições INAPA, 2005.

7 F. da Gama CAEIRO. Frei Manuel do Cenáculo... In: *Dispersos, loc. cit.*, V. 1, p. 381.

8 Marie-Hélène PIWNIK num trabalho anterior ao citado: La correspondance Mayâns-Cenáculo. Principaux aspects. *Arquivos do C. Cultural Português*. Paris, 20, 1984 – faz a aproximação de interesses entre ambos, afirmando: «La réforme pédagogique, comme le renouvellement de la critique historique et sacrée, qui réunissent les deux hommes dans une même entreprise de révision et de fonte, doivent toutefois se garder de faire courir des risques au dogme. Il faut donc se préoccuper de l'architecture morale des futures elites laïques ou religieuses», *loc. cit.* p 269-270.

9 Marie-Hélène PIWNIK La correspondance... (1986), *loc. cit.*, p. 537-539 (Os *italicos* são nossos).

10 Segundo Fr. Vicente Salgado, esse acto teve lugar «no verão de 1773, perante o Príncipe Real e fidalgos da Corte, como primeira demonstração de conhecimento do árabe, hebraico e grego», *apud* CAEIRO, *loc. cit.*, p. 389

11 Trata-se certamente da obra: *Nouveaux traité de diplomatique: ou l'on examine les fondements de cet art.... par deux religieux Benedictins de la Congregation de S. Maur*. Paris: chez Guillaume Desprez. ., 1750-1765, 6 vol. Um resumo desta obra foi editado em Lisboa nesses anos: *Method de diplomatique ou règles générales et particulières pour discerner les vrais, et faux titres... par deux religieux Benedictins de la Congregation de S. Maur*. Lisbonne: Imprimerie Royale, 1773, 455 p. (Esta obra e as seguintes figuram actualmente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, que conserva os fundos do antigo Convento de Jesus).

12 GARTTERER, Johann Christoph, 1727-1799– *Elementa artis diplomaticae universalis cum tabulis XII aeri incisus volumen prius*. Gottingae: Viduam Vandenhoeckii, 1765

13 Deve tratar-se do teólogo Johan J. RAMBACH, 1693-1735 – *Institutiones hermeneuticae sacrae variis observationibus copiosissimisque exemplis biblicis illustratae cum praefatione Joannis Francisci Buddei...* Editio octava. Jenae: Joan. Wilh. Hartungii, 1764

14 Deve tratar-se de uma obra do historiador J.-G. ECKART, 1664-1730, que não localizámos na Biblioteca.

15 ERASMO, 1469-1536– *Epitome libri de copia verborum....: quam ratio varandiae orationis exemplis atque explanationibus Paulo Aterioribus traditur*. Olisipone: Typographia Regia, 1773.

16 Refere-se certamente à obra de Johann Jakob BRUCKER, 1696-1770– *Synopsis historiae philosophiae secundum ordinem Brukerianum*. Olisipone: Typis Caetani Ferreira da Costa, 1773.

17 Aliás, era desses anos o seu projecto –com outros doutores conimbricenses– de «pôr em linguagem» o Antigo Testamento que, no entanto, não se efectivou.

18 *cfr.* Gama CAEIRO, *loc. cit.*, p. 388, resumindo posições de diversos autores: de Manuel E. Mota Veiga (1872), a José Pedro Machado (1945) e Joaquim Figanier (1949).

19 *Disposições do Superior Provincial para a Observância Regular, e Literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco....* Tomo I. Lisboa na Regia Officina Typografica. Anno 1776. (O volume compila as disposições que compõem o plano de estudos confirmados pelos alvarás de 3 de Junho de 1769 e 3 de Janeiro de 1774, reeditando planos anteriores com algumas modificações).

20 *Cfr. Disposição Quarta...*, p. 15, 33 *passim* (Resumido a partir de F. G. CAEIRO, *loc. cit.*, p. 391).

21 IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino (Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros), L 362, f. 113 v-114 (Sublinhados nossos).

22 Ocupámo-nos do tema em: *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

23 *Catálogo da Livraria do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor D. José da Silva Peçanha que se ha vender nas suas casas à Junqueira [...] em Junho de 1775* [Lisboa].

24 BN – BN/AC/01/Cx 01. Trata-se de um grande *in-fol*, formado por diversos cadernos cosidos, com 47 fólio, quase sem emendas, assinado, mas não datado. Tendo em preparação o seu estudo e edição integral, aludimos apenas a *resultados preliminares* desse trabalho.

25 BPE, Évora – CXXVIII / 2-17 (Listagens datadas de Dez. de 1771 e Dez. de 1773).

26 AHTC, Lisboa – Erário Régio, Liv. 3939, p. 92-93. A partir destas datas e, até finais dos anos setenta, são efectuados outros pagamentos.

27 Cf. Maria da Graça GARCIA. *Vedute di Roma*. In *Biblioteca Nacional – Tesouros: Iconografia* (BNDigital: <http://purl.pt/369>).

28 Carta a G. Mayáns: Beja, 1 Maio 1778, *apud* Piwnik, *loc. cit.* (1986), p. 555.

29 BPE, Évora – CXXVIII / 2-15, f. 35. Tendo em conta a época de grande afluência das obras provenientes das bibliotecas recolhidas e as nomeações do pessoal, o texto terá sido escrito entre Janeiro e Abril de 1775.

30 À maneira de Jorge Luís Borges, como escreveu Daniel ROCHE. *Lumières. Autrement*. Paris, avril 1991

31 Numa nota autógrafa, antes do preâmbulo, indica o destinatário: «Dei este papel em 4 de Julho de 1773 para Reynaldo Manuel fazer a Planta: Levou o original; e ficou esta copia». BPE, Évora – CXXVIII / 2-16, f. 312-313.

32 Publicámos este plano no artigo: Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 7 (1) 1992, p. 137-158.

33 IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, L 362, f. 181-184. V. edição integral no nosso artigo: A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 5 (1) 1990, 139-160.

34 Pelos balanços da Junta do Subsídio Literário conhecem-se as despesas efectuadas, com materiais de construção, férias dos operários etc. E, apesar da interrupção quase geral das obras de Lisboa, em Novembro de 1784 a obra é dada por concluída (IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, Subsídio Literário, Mç. 360, nº 5), tendo o montante global pago ascendido a 33.560\$247 réis).

35 BN – COD. 342: *Diario das primeiras viagens que fez pelas terras de Portugal D. Francisco Pérez Bayer [...] Bibliothecario Mayor da Real Bibliotheca de Madrid[...]*. Editado por J. Leite de VASCONCELOS. *Viagem de Pérez Bayer a Portugal em 1782. O Archeologo Portuguez*, Lisboa, 24, 1920, p. 108-176.

36 *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893, 3v., t. 2, p. 17 (Memorial Historico Español: Col. Doc.; 26), em edição de Antonio SÁNCHEZ MOGUEL.

37 Remetemos para o estudo mais recente que dedicámos a este tema: Biblioteca de Bibliotecas: a *Biblioteca Pública* no pensamento de Cenáculo. In Francisco VAZ; José António CALIXTO (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p. 26-45.

38 Cf. «Relatório de 5 de Janeiro de 1796», que publicámos na íntegra no artigo: A caminho da Real Biblioteca Pública..., *loc. cit.*, *maxime* p. 157-160.

39 De facto, a abertura ao público teve lugar no dia 13 de Maio de 1797, aniversário do Príncipe Regente.

40 Carta de 27 de Setembro de 1796, *apud* Luis F. Carvalho DIAS. *Inéditos de Antonio Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1976. (Os itálicos são nossos)

41 A próxima edição deste epistolário poderá esclarecer estes aspectos com maior detalhe.

42 Carta de 17 de Outubro de 1796. BN – BN/DGA/03/ Cx 01, doc. Nº 3, a editar na íntegra (Os itálicos são nossos).

43 Cf. BN – COD. 11524.

44 Carta de 17 de Outubro de 1796, *supra*.

45 Carta de 9 de Dezembro de 1796, In Epistolário: correspondência trocada entre António Ribeiro dos Santos e

Frei Manuel do Cenáculo, bispo de Beja. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, 15-16 (1958), p. 176-177 (*apud* BN - COD. 8549, p. 180-181).

46 BN – COD 11522; 11523; 11525, respectivamente: «Catalogo Methodico... que contem os livros impressos de Historia, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Mathematica, Officios e Artes, e Sciencias Civis, e Politicas – TOMO I»; «Catalogo Methodico... que contem os livros impressos das Sciencias Ecclesiasticas, e da Polygraphia, e Miscellanea – TOMO II»; «Catalogo Methodico... que contem os MSS. – TOMO III».

47 Carta de 24 de Maio de 1797, *apud* Luis F. Carvalho DIAS, *loc. cit.*

48 Carta a Gregório Mayáns, 29 de Nov^o de 1773, *apud* PIWNIAK, *loc. cit.*, p. 537.

49 Cf., por exemplo. Fr. Vicente SALGADO. *Origem e progresso das línguas orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1790.

50 Cf. por todos Maria Leonor Carvalhão BUESCU (org.). *A galáxia das línguas na época da Expansão*. Lisboa: CNCDP, 1992.

51 «Se alguma obra se pode considerar o mais importante livro na história da Astronomia, essa distinção cabe sem dúvida ao *Almagestum* de Ptolomeu, um livro que simultaneamente obliterou todas as obras que o precederam e se tornou a referência central de astronomia teórica durante mais de mil anos.», comenta Henrique Leitão, Comissário da exposição: *Pedro Nunes, 1502-1578*. Lisboa: BN, 2002 (*loc. cit.* p. 197); ver também do mesmo autor: *O livro científico dos séc. XV-XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004. Aqui escreve: «No vértice de todo este processo [de introdução à Matemática], estava o *Almagesto*, uma obra tecnicamente muito sofisticada destinada apenas aos grandes especialistas. Conhecido em versões manuscritas durante a Idade Média, o *Almagesto* foi impresso pela primeira vez em 1515 (Veneza: Petrus Liechtenstein) na tradução latina de Gerard de Cremona, a partir ao árabe. Pouco depois foi publicada a edição latina a partir do grego, de Jorge de Trebizonda (Veneza: Giunta, 1528) e, finalmente, em 1538, era publicado o texto grego (Basileia: J. Walderus)», *loc. cit.*, p. 26.

52 Cf. *A ciência do desenho: a ilustração na coleção de códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001.

53 Existe uma recente edição *facsimil* desta obra acompanhado da respectiva tradução: *Innocentia Victriz... = Vitória da Inocência ou sentença das Assembleias do Império Chinês em prol da inocência da religião cristã*. (Introd. de Horácio P. ARAÚJO; leitura, fixação de texto e trad. do latim Aires A. NASCIMENTO). Lisboa: IPOR: BN, 1999, 2 v. (Documenta; 2).

54 Informação que agradeço a Luís Farinha Franco. O 1^o volume encontrava-se na Biblioteca de Turim, mas desapareceu no incêndio de 1904, segundo confirmação recente daquela instituição. O texto foi impresso duas vezes no século XVI: Paris, 1517; Troyes, 1530. (Cf. Luís CHAVES; José da Cunha SARAIVA. *O século do Tosão de Ouro em Portugal*. Lisboa, 1930. Separata de *Arqueologia e História*, v. 9, p.71).

55 Caso da colecção de obras de Voltaire: enunciam-se apenas «77 volumes das obras impressas entre 1771 e 1774».

56 São inicialmente descritas como: «Colecção de assuntos jesuítas – 200 volumes»; «Colecção sobre assumptos jansenistas – 229 volumes» (Cf. BN - COD 11524).

Resumo

Pretende-se situar a figura de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), eclesiástico, historiador, político, reformador e filósofo no Portugal de Setecentos. Destaca-se a sua actividade como humanista, arqueólogo e bibliófilo, sem esquecer o seu protagonismo em todas as reformas do ensino. A correspondência assídua com os eruditos do tempo, a sua atenção ao movimento editorial europeu e o empenho na compra de livros que constituiriam os núcleos fundacionais das primeiras bibliotecas públicas do país – com destaque para a do seu Convento, a de Beja, a da Real Biblioteca Pública da Corte (1796) e a de Évora – são

outros temas desta abordagem que retrata um saber enciclopédico e uma generosa acção mecenática em prol do saber científico e das letras portuguesas.

Palavras-chave: Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814); primeiras bibliotecas públicas de Portugal; acção mecenática

Abstract

The purpose is to analyse the life of *Fr. Manuel do Cenáculo* as a bishop, historian, statesman and reformer of the Portuguese Eighteenth-century. His leadership in all teaching reforms is also mentioned, as well as initiatives on archaeology and as bibliophile. The essay explores the correspondence between the bishop *Cenáculo* and several erudite people –specially book's collectors in connection with the printing and edition movement in Europe– and underlines his splendid activity as sponsor and founder of the first public libraries in Portugal, namely the *Real Biblioteca Pública da Corte* (1796) as well as the libraries of *Beja* and *Évora*.

Keywords: Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814); first public libraries of Portugal; sponsoring activities